

Por que as cooperativas são insubstituíveis

Alexandre Garcia

Speaker (palestrante), consultor, professor e autor do livro "Entendendo o mindset do Futuro"

Em pequenos e médios municípios brasileiros, o cooperativismo vai muito além do viés econômico. A presença de cooperativas costuma não só representar um elevado percentual do PIB municipal, já que normalmente são a maior empregadora e geradora de impostos, como também desempenha papel vital no desenvolvimento local. Quando uma cooperativa se desfaz, seja pelo motivo que for, abre-se um vácuo que jamais é preenchido integralmente.

Mesmo quando uma empresa mercantil assume as atividades da cooperativa que deixou de existir, o vácuo permanece sob outros aspectos. É impossível replicar totalmente o impacto positivo que essas organizações exercem sobre suas comunidades. Isso acontece porque as cooperativas instaladas em municípios menores têm como meta

muito mais do que o lucro. Elas são catalisadoras de progresso e desenvolvimento para toda a comunidade.

A essência do cooperativismo está em princípios fundamentais, como participação voluntária, gestão democrática, participação dos sócios, autonomia e independência, educação e treinamento dos associados, cooperação entre cooperativas e interesse genuíno pela comunidade. Essas bases são essenciais para o funcionamento e o impacto positivo das cooperativas nas comunidades em que estão inseridas.

Vale destacar que as cooperativas, frequentemente, também atuam como agentes de desenvolvimento social, investindo em projetos e iniciativas que beneficiam diretamente a comunidade, como programas de educação, saúde, cultura e preservação ambiental. Essa forma de gestão contribui para a construção de sociedades mais equitativas e resilientes, o que beneficia toda a sociedade, não apenas quem

participa diretamente.

Ao adotarem uma estrutura de propriedade e governança democrática, as cooperativas ainda se caracterizam pela distribuição dos benefícios econômicos de forma mais equitativa entre seus membros, reduzindo desigualdades. Nesse contexto, quando uma cooperativa deixa de existir, as empresas mercantis que a substituem muitas vezes canalizam os lucros para acionistas externos, em vez de reinvesti-los na própria comunidade. Isso cria um vácuo de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que os recursos que antes beneficiavam diretamente os membros da comunidade de agora fluem para fora dela.

Para mitigar o vácuo deixado pela extinção de uma cooperativa, é fundamental reforçar esses princípios entre os cooperados, funcionários e a comunidade em geral. A compreensão da importância dessas premissas pode ajudar a preservar e fortalecer o tecido social e econômico das comunidades que dependem das

cooperativas para seu sustento.

Além disso, é preciso reconhecer o papel único que as cooperativas desempenham no desenvolvimento sustentável das comunidades. Como atuam com ênfase na responsabilidade ambiental, na compra de matérias-primas e insumos regionais, no envolvimento comunitário e no compromisso com o bem-estar dos membros da comunidade, tornam-se incomparáveis, o que faz com que seja difícil substituí-las por empresas comerciais tradicionais.

Em síntese, podemos afirmar que indivíduos e empresas podem ser substituídos, mas as cooperativas dificilmente são sucedidas em sua totalidade. Se quisermos promover o desenvolvimento sustentável e o progresso econômico, especialmente nos pequenos e médios municípios, devemos reconhecer e valorizar o papel vital que as cooperativas desempenham e trabalhar para fortalecer e proteger essas organizações essenciais.



Ao adotarem uma estrutura de propriedade e governança democrática, as cooperativas ainda se caracterizam pela distribuição dos benefícios econômicos de forma mais equitativa entre seus membros, reduzindo desigualdades

Digitalização de processos é fundamental para retomada após catástrofes

Inon Neves

Vice-presidente sênior da Access Latam

O Brasil está em meio a uma de suas maiores catástrofes naturais do século 20 até hoje – e, em um país que sempre teve como mote o fato de não passar por terremotos, explosões de vulcões, acidentes naturais que vemos ao redor do mundo, isso é novo. Estamos claramente sofrendo neste processo, nos adaptando às pressas em operações de resgate para o qual não estávamos prontos. Neste momento, tentamos dar conta das urgências – mas já surge a pergunta: e depois?

Já sabemos que na agricultura teremos muito desafios pela frente. E as empresas? Também já vemos despontar uma série de problemas, com milhares de produtos perdidos nas enchentes – de alimentos a tratores. Há também uma outra questão que precisará ser revista com urgência: os processos empresariais. Empresas sem um plano de continuidade de negócios terão mais dificuldades

para retomar as operações.

Uma pesquisa realizada pela Fema – a agência federal de gestão de emergências dos Estados Unidos (Federal Emergency Management Agency, na sigla em inglês) – aponta que ao menos 40% das empresas não reabrem após uma catástrofe, outras 25% acabam fechando até um ano depois – e mais de 90% delas acabam encerrando após serem atingidas por desastres de grande vulto.

Obviamente, temos três cenários: o das empresas que têm orçamento para investir em capacitação e consultoria para criação de planos de continuidade de negócios e não o fazem – geralmente porque a alta gestão não vê valor no processo, infelizmente; e outro que congrega as que não têm o capital – seja recursos humanos ou dinheiro, e um terceiro, no qual as organizações têm um plano de continuidade de negócios que não agrega a digitalização documental.

Para qualquer uma das situações, uma coisa é certa: a digitalização – um processo que hoje é

ofertado por inúmeras empresas no Brasil e com valores bem competitivos – é uma alternativa altamente viável. Tornar a segurança dos arquivos e a acessibilidade de documentos importantes deve ser uma prioridade absoluta, não importa o que aconteça – desde contas a pagar, arquivos de RH, como registros de funcionários, contratos, documentos legais: tudo. E a digitalização é um processo que garante isso.

Manter a documentação centralizada e na nuvem é um processo-chave – e que garante que as informações vitais não serão perdidas, bem como seu acesso remoto. Em situações como a que estamos vivendo agora, no qual não é possível retornar aos escritórios, é possível ter o acesso remotamente – e permitir, por exemplo, que uma filial em outro Estado assuma eventuais processos que precisam continuar a ocorrer, como o pagamento de funcionários. O processo de digitalização também possibilita que o tempo de interrupção da operação e a inatividade

de sejam menores.

Claro que o melhor cenário é ter um plano de continuidade de negócios bem estruturado. Mas se isso não é possível por qualquer que seja o motivo, existem alternativas, e a gestão digital de documentos já cobre uma parte considerável de um eventual cenário dessa natureza. E talvez esse seja um processo para o qual tenhamos que olhar com mais atenção daqui pra frente, até mesmo porque as mudanças climáticas mostram claramente que essa não será a última vez que passaremos por isso.

Em 2023, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) registrou 1.161 eventos de desastres, sendo 716 associados a eventos hidrológicos, como transbordamento de rios, e 445 de origem geológica, como deslizamentos de terra. O acompanhamento é feito desde 2011 e pela primeira vez o número superou a barreira dos mil eventos.

O papel social da retomada co-

mercial

As medidas para as empresas são importantes, pois a retomada da atividade econômica nas cidades afetadas impacta empresários, seus funcionários diretos e contribui para a geração de empregos indiretos, arrecadação de impostos municipais e estaduais, que podem ser usados para a reconstrução das áreas atingidas. A digitalização nas empresas possibilita o acesso ao próprio PCN e dá mais agilidade nas ações de continuidade ou retomada dos trabalhos.

Agora estamos em um momento de fragilidade muito grande, salvando o que é possível – e ainda nos preparando para o pior. Mas em breve, teremos que discutir, como sociedade, como garantimos a continuidade após uma catástrofe e, sem dúvidas, nessa jornada teremos que nos apropriar cada vez mais das soluções digitais para garantirmos que os danos materiais de uma tragédia dessas não seja ainda maior em termos econômicos.